

COMISSÕES MUNICIPAIS DE EMPREGO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: SELETIVIDADE DA EXCLUSÃO SOCIAL NA CIVILIZAÇÃO CANAVIEIRA?

Rafael Aroni¹

Resumo

A eliminação gradual da queima da palha da cana conjugada a diminuição dos postos de trabalho dos canavieiros é uma questão social que, ao longo das últimas décadas, vem sendo discutida por diferentes agências e agentes, estatais, governamentais, não governamentais e sociedade civil. Em comum a análise dos discursos aponta para o irreversível processo de mecanização desta etapa da monocultura canavieira. Implícitos neste processo estão intenções tímidas de intervenção, por meio de política pública, com vistas à possibilidade de reinserção do significativo contingente de mão de obra às condições de assalariamento. Desde meados de 2007, no Estado de São Paulo, políticas públicas com caráter de ativação do emprego (Workfare) estão sendo desenhadas (Programa Estadual de Qualificação e SIM-Trabalho), na perspectiva de minorar os efeitos sociais desta drástica transição. Considerando as particularidades históricas do desenvolvimento agrário/industrial da região noroeste do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto), o presente trabalho pretende apresentar materiais coletados sobre o processo de organização das Comissões Municipais de Emprego, para municípios desta região. Nesta etapa busca-se apresentar os resultados preliminares de revisões bibliográficas a respeito da temática das metamorfoses do modelo Welfare State para Workfare coadunado aos impactos nas organizações de Comissões Municipais, enquanto possíveis medidas compensatórias ao deslocamento de trabalhadores rurais ao desemprego.

Palavras-chave: trabalho assalariado canavieiro; eliminação gradual postos de trabalho; comissões municipais de emprego.

I – Introdução

A partir da política dos agrocombustíveis lançada pelo governo Lula, em 2006, observa-se aprofundamento na reorganização do território agrário, agrícola e fundiário brasileiro, a demanda exógena por energia de combustíveis não fósseis. A expansão da monocultura da cana pode ser aferida pelo aumento de usinas no território nacional. Em 2006, eram 310 usinas, que produziram 30 milhões de toneladas de açúcar e 17 milhões de metros cúbicos de etanol. (MACEDO, 2007). Dados do Relatório dos Direitos

¹ Mestre pela Universidade Federal de São Carlos, Professor de Sociologia na Rede Pública do Estado de São Paulo. E-mail: rafaroni1@gmail.com

Humanos no Brasil, de 2011, registraram o total de 435 usinas e uma crescente fusão e participação de grupos estrangeiros no setor (XAVIER et al, 2011).

Em particular para o Estado de São Paulo, como apontado na tabela 1, a partir do biênio 2005-2006, quando teve início a política dos agrocombustíveis, observou-se para safra 2007/2008 o aumento em 15% na produção, com 391,8 milhões de toneladas, com a utilização de 4,5 milhões de hectares, dos quais 792 mil hectares em áreas de expansão. Naquele período, o Estado de São Paulo centralizou 66% do total de área com esse cultivo no país. Para os períodos de anos safras 2008 a 2010, destaca-se um aumento na área total do cultivo de cana de 8% de hectares e o aumento da produção em 10% de toneladas. Quando estes dados são comparados ao contexto nacional tem-se um aumento de 66% para 72% na participação deste Estado, na área de cultivo total no Brasil. Segundo dados de abril de 2012, do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, a estimada da safra de cana 2011/2012 é de 422,9 milhões de toneladas de cana cultivadas no total de 6,74 milhões de hectares.

Relacionada à expansão tem-se a questão da eliminação gradativa da queima da palha da cana no Estado de São Paulo, por dispositivos jurídicos e pressões do Ministério Público (ANDRADE 2010; ARONI, 2012). Neste contexto, a Lei Estadual Nº. 11.241 (19/09/2002) foi marco institucional para eliminação gradativa da técnica de queima para despalha, que passou a ser uma razão variável, com 20% no primeiro ano, acrescida de 10% no quinto ano e depois acrescida a razão de 20% a cada cinco anos até perfazer os 100% das áreas de cultivo. O prazo de transição total foi de 30 anos, contudo antecipado para a data de 2021 para áreas mecanizáveis e postergado para 2031 para áreas não mecanizáveis. Em março de 2007, foi lançado o programa Etanol Verde pelo governo do Estado de São Paulo. A diretriz central foi a assinatura do Protocolo “Agro-Ambiental” do Setor Canavieiro Paulista (04/06/2007) que antecipou os prazos finais para prática da queima da palha, em áreas mecanizáveis de 2021 para 2014, e nas não mecanizáveis de 2031 para 2017.

Como reflexo desta política de modernização ecológica, a qual pressupõe a conciliação entre o desenvolvimento capitalista e a preservação de recursos ambientais, pela convergência no papel do Estado em estabelecer diretivas de regulação (LENZI, 2006), tem-se em seu reverso a emergência da questão social da gradual eliminação de postos de trabalho assalariado, correlacionado ao cronograma do fim da técnica da

queima e gradativa inserção da colheita mecanizada. Nesses aspectos, os dados revisados apontam cenários como a substituição definitiva do trabalho manual do corte canavieiro, Gonçalves (1999), pela requalificação e inserção de parcela dos trabalhadores na colheita mecanizada e outras etapas de produção, Baccarin (2012), e ao mesmo tempo outros pesquisadores apontam para contradição nesta transição, com aumento dos postos de trabalho assalariado no corte manual, dado as novas áreas de expansão, Oliveira (2009).

Assim, o presente trabalho tem como eixo central revisar teorias sociais quanto às transformações derivadas de processos de mecanização de etapas produtivas, e intensa dispensa de trabalhadores, em específico para sociedades agrárias industriais. Buscou-se inferir cenários derivados das análises do pensamento social quanto a dicotomia entre os cenários intercambiantes da proletarização de trabalhadores rurais para a possibilidade de nenhum emprego e descrições de políticas públicas de compensação pela qualificação profissional para o emprego.

Tabela 1 – Progressão entre ano Safra Agrícola de Cana, a partir do biênio 2005-2006 em volume e áreas de produção, Estado de São Paulo, 2012.

Ano Safra Agrícola	Toneladas (milhões)	Evolução da produção (%)	Hectares (milhões)	Aumento da área de produção (%)
2005-2006	284,9	-	4,2	-
2006-2007	327,7	15	4,8	14
2007-2008	391,9	20	5,3	10
2008-2009	423,1	8	5,5	4
2009-2010	429,9	2	5,7	4
2010-2011	406	-6	5,8	2
2011-2012*	422,9	4	6,8	17

*Estimativa de Safra.

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola) *Previsão de Safras*, disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/producao/prev_safra.php> Acessado: 28 de maio de 2012.

II – Perspectivas teóricas aos dilemas do agrário industrial

Na história pensamento social há contribuições que buscaram traçar tendências e os impactos na expansão do capitalismo por estruturas sociais agrárias tradicionais e suas metamorfoses. Weber (2002) traça comparações no desenvolvimento da estrutura rural Alemã e Americana, com as particularidades, no primeiro caso, da abundância de mão de obra barata e escassez de terras, e para os americanos, a gradual marcha para

oeste, com vastas áreas de terras a serem invadidas e com recursos humanos provenientes de fluxos migratórios do México. Em comum as análises destes processos apontaram para o paulatino processo de racionalização dos espaços sócio-históricos a lógica do capital. Nos EUA irradiariam do espaço urbano, determinantes econômicas, políticas e sociais, as quais dominariam em profundidade o espaço do campo, livre de obstáculos. Na Alemanha as particularidades distintivas neste processo, foram a dualidade oeste e leste, com o conhecimento milenar das sociedades camponesas alemãs, e com formas de posse alodiais, frente ao caráter aristocrático apoiado na honra e prestígio das patentes militares do oeste, o que condicionariam a particularidade da sociedade rural alemã em tecer peias conservadoras de dominação no campo, e refratárias à expansão de relações do capital, impulsionadas pela aristocracia prussiana dos Junkers (empresários agrícolas).

A perspectiva de Marx (1985) contribui para reflexão sobre as consequências das mudanças no processo de colheita da cana. Com o inevitável deslocamento da força de trabalho humana, pela crescente mecanização das etapas de produção industrial, e limitações das políticas compensatórias na reconversão dos trabalhadores desempregados para as novas atividades industriais, nos setores produtores de peças e manutenção das máquinas e grande parcela inserida em ramos de atividades acessórias, como serviços domésticos. Assim, as limitações na situação das políticas compensatórias promovem ampla exclusão social, por não terem capacidade de reconverterem todos os trabalhadores ao emprego.

Atrofiados pela divisão do trabalho, esse pobre diabos têm pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguem acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho, portanto, ramos constantemente saturados e sub-remunerados. (...) Assim que a maquinaria libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial, o pessoal de reserva também é redistribuído e absorvido em outros ramos de trabalho, enquanto as vítimas originais em grande parte decaem e perecem no período de transição (MARX, 1985,p.56, grifos nossos).

Para além da linearidade nesta transição, pode-se inferir para realidade canavieira paulista que fatores como a relação competitiva como custos constantes e variáveis, a possibilidade de intensificação da jornada de trabalho através da mais valia relativa, apontam para a prorrogação na eliminação do trabalho manual do corte de

cana, ao operar máquinas contra seres humanos, na particularidade da mecanização nos eitos paulistas.

Para a realidade brasileira da segunda metade do século XX, SILVA (1993) já sinalizava para arranjo entre os interesses financeiros, industriais e agrários na implementação dos complexos agroindustriais (CAIS), atrelados ao espraiamento da infraestrutura e superestrutura, com incentivos macroeconômicos oficiais. Neste momento, SILVA (1993) pontua a questão de como seria possível pensar o “futuro próximo” (anos 2000) na evolução desta estrutura agrária industrial montada enquanto motor da modernização conservadora. Naquele momento apontava-se para o crescente desemprego agricultura (fatores conjunturais e estruturais) com o decréscimo de 1,4 milhão trabalhadores rurais em todo o país (1985 - 15,2 milhões trabalhadores rurais; 1989 - 13,9 milhões trabalhadores rurais). Por outro lado, houve crescente número de trabalhadores empregados em atividades não agrícolas em áreas rurais. Neste momento emergia o fenômeno da pluratividade, tema que foi central no final da década de 1990, enquanto possibilidade de empregabilidade da força de trabalho não assimilada pelas atividades industriais agrícolas/ urbanas ou rurais.

Em outros estudos que realizados (ARRAES & ARONI 2010) sobre a obra e reflexões do economista José Graziano da Silva (1999) tem-se a derivação da questão social do desemprego rural, na reatualização do dilema nas integrações entre sociedades agrárias e sociedades agroindústrias, questão proposta por Rangel (1962) para as populações marginalizadas de pequenos produtores excluídas do campo, sem possibilidade de ser inserida no trabalho urbano, e situação problematizada por Freyre (1982, p.82) pelo conceito de “rurbanização”, a “interpenetração ou compenetração” destas distintas formações sociais.

Na atualização deste dilema, na particularidade agrária paulista, estudos de Gonçalves e Souza (1998) simularam os piores cenários sociais para início dos anos 2000, com a diminuição no emprego da força de trabalho canavieira, pela mecanização total do corte e gradual eliminação da queima da palha. Contexto influenciado pelos questionamentos dos efeitos das queimadas pela classe média urbana, por uma modernização ambiental que atendesse parâmetros de exigência internacional. Assim, o desenvolvimento técnico estaria na pauta do discurso ambientalista. No reverso do mesmo processo, a crescente exclusão social de parcelas significativas da população que

ainda tem no corte de cana, único acesso a condição do assalariamento. Dos cenários projetados para finais da primeira década de 2000, observam-se, para segunda década do século XXI, o aumento da área plantada e índices relativamente elevados do emprego de canavieiros, no bojo do processo de expansão canavieira ao Noroeste paulista (Aroni 2010, Oliveira 2009). Destaca-se deste estudo (GONÇALVES E SOUZA, 1998) a ausência de políticas públicas para amortizar os efeitos da extinção deste mercado de trabalho.

III – As políticas sociais no Brasil, facetas desfiguradas do Welfare State ao Workfare?

Para a particularidade no desenvolvimento agrário industrial do interior paulista, as contribuições de Ianni (1976) captaram as intensas transformações ocorridas com a proletarização, e com a “maquinização” de diversas etapas de produção, no contexto de Sertãozinho, para emergente civilização da usina paulista. Deste estudo, destaca-se a transição da figuração social do regime do colonato, extinto com difusão e extensão da legislação trabalhista urbana para as relações laborais do campo, com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/63). Contudo, somente os trabalhadores residentes e inseridos no contexto industrial urbano foram beneficiados diretamente, como aponta o autor:

Os empregados mais beneficiados são os que residem na sede e seções. Os demais, de uma maneira geral, buscam em suas próprias cidades os postos do FUNRURAL, INPS, ou outros existentes para o atendimento da população local (IANNI, 1976, p.39).

Por outro lado, tem-se o início de política públicas de caráter controle social, como o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), as quais fortaleceram ainda mais os poderes políticos econômicos dos usineiros, ao garantir um excedente de trabalhadores excluídos da situação anterior do regime do colonato, liberados para assalariamento, e milhares de famílias rurais sendo relegadas a exclusão e pobreza.

Nesta engenharia social, com feições desfiguradas, se há uma possível analogia ao Welfare State, talvez esteja ao fato da política pública de assistência social remeter a perspectiva de Vicente (1991), na constituição de diversas instituições de um Complexo

Sócio-Assistencial no qual: “*As políticas sociais se desenvolvem em articulação com a inclusão, a reprodução e a exclusão da mão de obra no processo produtivo e com as lutas sociais* (p. 36)”.

Para década de 1990, as inflexões das políticas neoliberais, reconfiguram este Complexo Sócio-Assistencial, para um Estado de suposto bem estar social, com viés residual, com a focalização e seletividade institucional das políticas públicas a serem adotadas, portanto, redução dos gastos sociais, coadunadas as iniciativas não oficiais ou não governamentais, como o voluntariado, o setor comercial e informal (PEREIRA,1998).

Recentemente, Sant’ana (2009) ao trabalhar com as percepções de assistentes sociais da região de Ribeirão Preto/SP, apontou para o volume crescente de prestações de seguridade social, ou pela previdência social (aposentadoria, auxílio acidente, seguro desemprego, etc.), ou os auxílios de assistência social, como Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS LEI Nº 8.742 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993), que embora não estejam destinados a situação do trabalhador rural, abrange a situação dos idosos desta categoria. Fundamental de seu trabalho foi identificar a transição de trabalhadores canavieiros residentes ou migrantes que sentem os efeitos da gradual eliminação dos postos de trabalhos, e que para poderem subsistir com o grupo familiar recorrem as políticas públicas de seguridade social. Assim, tem-se as metamorfoses da questão social com a emergência dos desempregados do campo². Sant’ana (2009) salienta que a categoria trabalhador rural, safrista, canavieiro, cortador de cana e outras, embora sejam representadas cotidianamente pelos Assistentes Sociais, para inseri-los em políticas de seguridade social, não despertam o questionamento crítico nestes agentes sociais, quanto ao aumento gradual de benefícios prestados, frente ao crescente desemprego estrutural em curso.

A grande questão posta ao Serviço Social é que a principal identidade do usuário, mais que ser migrante ou residente, é que ele é um trabalhador; isto é o fundamental; este recorre à política de assistência social, pois não consegue por meio do trabalho reproduzir-se e manter sua família. (SANT’ANA, 2009, 161).

² Em estudo realizado em municípios do Noroeste paulista, pudemos analisar a situação de uma família camponesa pernambucana, que experimentava a primeira situação de migração para o corte de cana e posterior desemprego do trabalhador, o qual utilizou da técnica do plantio de algaroba (*Prosopis juliflora*) enquanto estratégia para minorar os efeitos sociais (ARONI, 2010, p.161).

A partir de década de 1990, com a inserção na agenda política brasileira de medidas do neoliberalismo, como a diminuição e focalização de gastos públicos sociais, fez surgir o cenário de regulação Estatal pautado no princípio pós-keynesiano, com desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do contrato de emprego e efeitos para legislação previdenciária rumo a sua privatização, tanto para o setor privado quanto público. (SILVA, 2009, p.98). Importante salientar, que no plano internacional os Estados que apresentavam um sistema de Welfare State, e que na década de 1970, haviam iniciado esta transição, agora apresentam a ascensão de políticas de workfare, na tentativa de mudar o paradigma das políticas de redistribuição de renda, por políticas de ativação de emprego, ao pressionar os excluídos a buscarem trabalho em troca de bem-estar sociais. (SILVA, 2009). Estudos recentes (MOSER, 2011) apontam para os desdobramentos e metamorfoses das políticas de ativação na Europa frente ao crescente desemprego. A lógica da estrutura ideológica da ativação fundamenta-se da inversão das políticas compensatórias, nas quais benefícios são destinados em contrapartida do beneficiário na busca de emprego, e não enquanto direitos sociais. Assim, há o caráter punitivo e disciplinador aos que não conseguem atender a meta estabelecida. Portanto, a nova perspectiva é *“perpetuar um Estado social ativo, numa sociedade que busca resposta diante da crise da sociedade salarial e do desemprego que se tornou estrutural”* (MOSER, 2011, p.77).

Nesse sentido, observa-se que a partir de 1996, com a implementação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, políticas públicas que em certa medida vislumbram o ideário de ativação de emprego. Em 2008, a Resolução nº575³ estabeleceu critérios para o repasse do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, com vistas a reinserção de trabalhadores, mediante cursos de qualificação, e dentre as entidades previstas, estão as Comissões Estaduais ou Municipais de Emprego. Instância constituída em âmbito territorial a qual busca articular com o poder público e sociedade civil organizada, demandas de qualificação social e profissional. Atenta-se que tais instâncias articuladoras entre recursos e demandas diagnosticadas são previstas pela Convenção nº 88 da OIT de 17 de junho de 1948, enquanto serviço público de emprego. Atualmente, com o desdobramento desta política pública tem-se que o Estado de São Paulo, a partir de 2008, empreendeu uma

³ Esta resolução foi revogada pela Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011.

série de estudos diagnósticos sobre a conjuntura de empregabilidades nas diferentes dinâmicas econômicas regionais, dentro do Programa Estadual de Qualificação (PEQ), o qual gerou a base de dados digital, SIM – Trabalho, e possibilitou de maneira preliminar a análise de resultados para questão de políticas públicas de requalificação e empregabilidade dos trabalhadores canavieiros, na região de Ribeirão Preto/SP.

IV – As incertezas com o fim do trabalho assalariado no corte manual de cana

Foram utilizados para análise preliminar os dados disponibilizados sobre a realidade de emprego e tendências de ocupações, para Região de Ribeirão Preto, nos documentos: *Diagnóstico da Pesquisa Municipal de Trabalho e Qualificação – 2010*, *Tendências do Emprego e Características das Ocupações no Estado de São Paulo 2003-2009*, *Ocupações de referência para o Programa Estadual de Qualificação e Boletim Foco da Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Disponibilizadas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho.

De acordos com os dados consultados, salienta-se que apenas 14 municípios tiveram implementadas as Comissões Municipais de Emprego. Contudo, os dados dos 25 municípios que compõe a Região Administrativa de Ribeirão Preto, para o período de 2008/2009, apontaram a oferta de 115 cursos de qualificação para diversos tipos de ocupações. Como um mesmo curso pode ser ofertando em mais de um município o universo total foi de 500 cursos. As maiores ocorrências foram registradas para área de prestação de serviços urbanos, como: Vendedor de Comércio varejista (24 casos), Auxiliar de Escritório em geral (21 casos), Assistente Administrativo (18 casos), Operador de caixa (18 casos), Cozinheiro Geral (18 casos), Motorista de caminhão (18 casos), Servente de Obras (16 casos), Almoxarife (15 casos), Pedreiro (15 casos), Supervisor Administrativo (15 casos), Recepcionista em geral (14 casos), Repositor de mercadorias (14 casos), Alimentador de linha de produção (13 casos), Tratorista Agrícola (13 casos), Ajudante de Motorista (11 casos) e Soldador (10 casos). Deste grupo de 16 possíveis ocupações para reconversão de trabalhadores canavieiros, apenas uma está diretamente relacionada diretamente à atividade desempenhada na trajetória laboral dos canavieiros. E mesmo assim exige um mínimo de instrução formal escolar e carteira de habilitação específica para conduzir maquinário.

Por outro lado, 19 municípios apresentar demanda por cursos de qualificação em ocupações tipicamente agrícolas, as quais são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Cursos de qualificação profissional, na família de ocupações agrícolas ofertadas por municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, 2008/2009.

Código segundo Classificação Brasileira de Ocupações	Família ocupacional	Frequência de Cursos
620105	Supervisor de exploração agrícola	2
620110	Supervisor de exploração agropecuária	1
620115	Supervisor de exploração pecuária	1
621005	Trabalhador agropecuário em geral	7
622005	Caseiro (agricultura)	1
622010	Jardineiro	2
622020	Trabalhador volante da agricultura	2
<u>622110</u>	<u>Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar</u>	<u>3</u>
622420	Trabalhador no cultivo de mudas	1
622425	Trabalhador no cultivo de plantas ornamentais	1
622505	Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	1
622610	Trabalhador da cultura de café	2
623110	Trabalhador da pecuária (bovinos, corte)	1
623120	Trabalhador da pecuária (bubalinos)	1
632125	Trabalhador de extração florestal em geral	1
641010	Operador de máquinas de benef. de produtos agr.	3
641015	Tratorista agrícola	13
642010	Operador de máquinas florestais estáticas	1
	Total	44

Fonte: Diagnóstico da Pesquisa Municipal de Trabalho e Qualificação 2010, SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/simtrabalho/pdfs/SERT_Tendencias.pdf>. Acessado em: 28 de abril 2012.

Pode-se inferir que embora seja anunciada a gradual diminuição dos trabalhadores volantes no corte de cana, aponta-se para existência de quase 10% de cursos de qualificação em ocupações laborais da agropecuária em geral. Mesmo podendo ser de caráter residual, em particular destaca-se dos dados apresentados, o caso de três municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto, os quais ofertaram cursos de qualificação para a atividade do corte manual da cana, referenciados pela Classificação Brasileira de Ocupações como Trabalhador da Cultura da cana de açúcar (Código 622110), como destacado na tabela 2.

As especificidades dos três municípios são que apenas dois apresentam implementadas as Comissões Municipais de Emprego, e paradoxalmente não

apresentam usinas, unidades de processamento da cana. São municípios fornecedores de cana, no raio de menos de 80 quilômetros da cidade de Ribeirão Preto. Estes dois municípios apresentam índices elevados de participação dos vínculos empregatícios na agropecuária, dado a realidade regional de 4,19% e estadual de 2,57%, para este tipo de vínculo de atividade. O primeiro município com população de menos de 2 mil habitantes, possui 17% da população empregada na atividade agrícola. O segundo município com população inferior a 12 mil habitantes possui percentual de 15% da população empregada na atividade canavieira. O terceiro município possui população de aproximadamente 36 mil habitantes, e também 17% da população empregada na atividade agrícola.

Quando se compara os índices de eliminação gradual da queima da palha da cana, a partir de dados fornecidos pelo INPE/CANASAT⁴, para o período de 2008 a 2011, tem-se a variação não linear deste indicador. O primeiro município apresenta o seguinte percentual para cana colhida crua, ou seja, não queimada: 2008 – 26,9%; 2009 – 52,7%; 2010 – 55, 8%; 2011 – 49,1%. Para o segundo município tem-se: 2008 – 50%; 2009 – 58,8%; 2010 – 52,9%; 2011 – 58,3%. E para o terceiro município, 2008 – 35,4%; 2009 – 41,3%; 2010 – 50,2%; 2011 – 61,1%. As variações, principalmente nas diminuições de área colhida crua entre safras apontam o inverso da anunciada política de eliminação gradual da queima, e indicam elemento para investigações de campo, quanto a correlação de alto índice de empregabilidade de trabalhadores volantes canavieiros a políticas públicas de qualificação para estas ocupações, nos municípios retratados. Portanto, um paradoxo a ser investigado, uma vez que a política pública de emprego reforça a empregabilidade do cortador de cana, ao mesmo tempo em que política pública ambiental, anuncia a sua gradual eliminação na cadeia produtiva.

V- Reflexões para futuras investigações

O eixo central deste trabalho foi apresentar de maneira preliminar elementos teóricos que problematizam o aprofundamento da questão social do desemprego estrutural, promovido pela mecanização da etapa da colheita da cana. Coadunada a este

⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>>. Acessado em: 29 de abril de 2012.

processo a pressão ambiental pela eliminação da queima da palha da cana, que teria no avanço técnico sua solução. Entretanto em seu reverso apresenta o dilema da dispensa de milhares de trabalhadores da possibilidade de inserção na sociedade assalariada. As perspectivas teóricas que analisaram a situação da particularidade agrária da região de Ribeirão Preto apontaram historicamente (IANNI, 1976) para a implementação de políticas de controle social, as quais abrangeram inicialmente as famílias de colonos excluídas do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. E no momento atual desenham-se políticas públicas de seguridade social, as quais incluem de forma excludente e negando as características dos trabalhadores canavieiros desempregados.

Adoecidos e descartados, migrantes ou residentes ficam a mercê das políticas públicas, em especial à de assistência social, que o atende na condição de segmento vulnerável e tenta lhe assegurar os mínimos sociais; a sua identidade de trabalhador é negada, pois sequer mencionada e a sua situação de espoliado pelo capital fica subsumida pela de cidadão usuário da política pública (SANT'ANA, 2009, p.172).

Portanto, a presente etapa de pesquisa buscou fazer o levantamento preliminar das teorias sociais sobre a seguridade social em tempos de crise de desemprego estrutural e apontar elementos contraditórios na transição do trabalho canavieiro da colheita manual para o mecanizado.

VI – Bibliografia

ANDRADE JUNIOR, José Roberto Porto de. **A realidade do trabalho rural canavieiro e a necessidade de políticas públicas compensatórias:** um diálogo sobre as condições de trabalho e a mecanização da colheita da cana.. In: SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 1., 2010, Franca.

ALVES, F. J. C. ou ALVES, F. . **Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto.** Ruris (Campinas), v. 03, p. 145-165, 2009.

ARRAES, N. M. ; ARONI, Rafael. **Famílias pluriativas no rural metropolitano campineiro:** uma situação em transição. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil, 2008, Caxambu. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais As Desigualdades Sócio-Demográficas e os Direitos Humanos no Brasil, 2008.

ARONI, R. **Travessia de famílias camponesas migrantes nordestinas: entre a morada e o assalariamento**. São Carlos: UFSCar, 2010. 201f.

_____. **A queima da palha da cana e os riscos da modernização ecológica. Tentativas de regulação no estado de São Paulo, período de 1980 a 2011**. 39º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos CERU-USP, 2012. (artigo inédito)

BACCARIN, J. G. Mecanização muda empregos no setor canavieiro. **Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 22 de abril de 2012, Caderno de Economia**. Disponível em: <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=381875>>, acessado em: 29 de abril de 2012. (Estudo inédito).

FALEIROS, V. P. Inclusão social e cidadania. **Debates Sociais**, v. 65/66, p. 107-120, 2008.

_____. Vicente de Paula. **O que é política social**, Ed. Brasiliense, São Paulo, Ed. 5ª, 1991.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?**, Editora Massagana, Recife 1982.

GONÇALVES, J. S. . Avanço da mecanização da colheita e da exclusão social na produção canavieira paulista nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, BRASÍLIA-DF, v. 16, n. 1, p. 67-86, 1999.

GONÇALVES, J. S. ; SOUZA, S. A. M. . AC03-1 Proibição da Queima de Cana no Estado de São Paulo: simulação dos efeitos na área cultivada e no emprego. **Informações Econômicas (Impresso)**, v. 28, n. 3, p. 21-40, 1998.

IANNI, O. A classe operária vai ao campo. **Caderno Cebrap n.24**, São Paulo, 1976, disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/219>>. Consultado em 20 de maio de 2012.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: Risco e Sustentabilidade na Modernidade**. Bauru/SP: Edusc, 2006.

MACEDO, I. C. Situação atual e perspectivas do etanol. **Estudos Avançados** 21 (59), p.157-65, 2007.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. (tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2ª Ed. São Paulo. Nova Cultura, 1985.

MORAES, M. A. F. D. . Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 37, p. 875-902, 2007.

MOSER, L. . A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. **Revista Katálysis (Impresso)**, v. 14, p. 68-77, 2011.

OLIVEIRA, F.C.R. Ocupações, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007, Dissertação de mestrado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2009, 167 p.

PRADO, E. D. “**Vila Ilze: O viver fragmentado do “Bóia-fria”:** Um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira.”, Campinas / SP, Tese de mestrado, IFCH, UNICAMP, 2001.

PEREIRA, P. A. P. . A Política Social no contexto da seguridade social e do welfare state: A particularidade da Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 60-76, 1998.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO. Protocolo Agro-Ambiental do Setor Canavieiro Paulista, de 04 junhos de 2007. Disponível em: <http://www.unica.com.br/userFiles/Protocolo_Assinado_Agroambiental.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2012.

RANGEL, I. **A questão Agrária Brasileira**, Comissão para o desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Recife, 1962.

SÃO PAULO(ESTADO). Lei Nº. 11.241, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=217>>. Acesso em 09 de abril 2012.

SANTANA, Raquel Santos. **Trabalhar é preciso, viver não é preciso:** A desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social. UNESP/Franca. 2009. 230 f. Tese (Livre – Docência) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. (Texto inédito)

SANTOS, Boaventura de Souza, **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade, 5º Ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, J. F. G. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.** São Paulo em Perspectiva, SEADE - São Paulo/SP, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.

_____. **O novo rural brasileiro.** Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP, 1999.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. Do welfare ao workfar, ou, Da política social Keynesiana/Fordista à política social Schumpeteriana/ Pós-Fordista. Tese (doutorado)- Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2011, 215 p.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 2002.

XAVIER, V. C.; PITTA, F. T.; MEDONÇA, M. L. Monopólio na produção de etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell. In: Mendonça, M. L. & Merlino, Tatiana (org), **Direitos Humanos no Brasil 2011 Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, 2011. Disponível em: <www.social.org.br>. Acessado em: 23 de abril de 2012.